



ESTADO DE SANTA CATARINA

**ATO Nº 529, de 09/03/2018.**

**O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA**, no uso de suas atribuições, resolve **DETERMINAR**, de acordo com as disposições contidas nos artigos 48, 54 e 55, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), em conformidade com a Portaria MF/STN nº 403, de 28 de junho de 2016, da Secretaria do Tesouro Nacional, **a republicação do Demonstrativo da Despesa com Pessoal do Poder Executivo, do Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida, do Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores, do Demonstrativo das Operações de Crédito, do Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal, do Demonstrativo Consolidado da Despesa Com Pessoal e do Demonstrativo Consolidado Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal, todos do 3º Quadrimestre de 2017, de que trata os Atos nº 180, de 29/01/2018 e nº 409, de 26/02/2018, publicados no Diário Oficial do Estado nº 20.700, de 30/01/2018 e nº 20.718, de 27/02/2018.**

EDUARDO PINHO MOREIRA  
Governador do Estado – Em Exercício

**ESTADO DE SANTA CATARINA - PODER EXECUTIVO**  
**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**  
**DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL - REPUBLICAÇÃO**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO DE 2017 A DEZEMBRO DE 2017**

RGF – ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS <sup>1</sup> (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR
	(a)	(b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	12.532.368.404,32	6.121.312,14
Pessoal Ativo	7.222.558.478,86	3.008.197,33
Pessoal Inativo e Pensionistas	5.282.439.721,47	12.577,04
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (art.18, § 1º da LRF)	27.370.203,99	3.100.537,77
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (art. 19, § 1º da LRF) (II)	2.031.218.373,81	13.907,68
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	138.652.549,55	-
Decorrentes de Decisão Judicial	43.420.109,67	13.109,99
Despesas de Exercícios Anteriores	58.094.205,72	797,69
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados 2	1.791.051.508,87	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III)=(I - II)	10.501.150.030,51	6.107.404,46
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)		10.507.257.434,97

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	21.132.256.296,12	-
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (V) (§ 13, art. 166 da CF)	3.382.474,69	-
RECEITA CORRENTE E LÍQUIDA AJUSTADA (VI)3	21.128.873.821,43	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	10.507.257.434,97	49,73
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	10.353.148.172,50	49,00
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	9.835.490.763,88	46,55
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	9.317.833.355,25	44,10

FONTES: SIGEF/SC

**NOTAS EXPLICATIVAS:**

1.a) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas.

1.b) As despesas com verbas indenizatórias, que têm como característica compensar dano ou ressarcir gasto do servidor público (rubricas: 0029 – Auxílio Babá 6 anos Sal. Cont.; 0058 – Auxílio Creche + 6 anos; 0059 – Auxílio Babá + 6 anos; 0157 – Auxílio alimentação; 0276 – Auxílio Creche/Babá; 0328 – Auxílio Creche até 5 anos; 0568 – Indenização auxílio saúde; 0515 – Auxílio Moradia; 0581 – Vale Transporte; 0582 – Auxílio Alimentação), foram deduzidas no cálculo das despesas com pessoal, por não se enquadrarem no disposto no art. 18 da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF.

1.c) As despesas com verbas indenizatórias, em virtude da rescisão de contrato de trabalho (rubricas: 0293 – 13º Salário Rescisão; 0294 – Indenização de Férias; 1023 – Pagamento Rescisão 13º Salário) e decorrente da rescisão de contrato de trabalho temporário (rubricas: 0331 - Indenização de Férias - Primeiro Contrato; 0332 - Indenização de Férias - Ano em Curso), para o Magistério Público Estadual (Secretaria de Educação, UDESC, Fundação Catarinense de Educação Especial), foram deduzidas no cálculo das despesas com pessoal conforme o disposto no art. 19, parágrafo 1º, inciso 1º, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

1.d) As despesas com pagamentos aos jovens aprendizes (rubrica: 0208 – Salário Jovem Aprendiz) foram deduzidas no cálculo das despesas com pessoal por não caracterizar relação direta de emprego e não ser considerada no bojo das despesas com pessoal decorrente de terceirização, conforme disposto no art. 18, parágrafo 1º da Lei de Responsabilidade Fiscal.

1.e) As despesas com verbas indenizatórias, decorrentes da aplicação das Leis Complementares Estaduais nºs 609, 611 e 614, de 2013 e Lei Estadual nº 16.160, de 2013, não foram consideradas no cálculo das despesas com pessoal do Poder Executivo por não estarem enquadradas no conceito do art. 18 da LRF.

1.f) Não foram consideradas as despesas com pessoal da Defensoria Pública Estadual e do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, em virtude de sua autonomia orçamentária e financeira, conforme dispõem o art. 134 da Constituição Federal, com as redações dadas pelas Emendas Constitucionais nºs 45/2004 e 80/2014 e o art. 107 da Lei Complementar Estadual nº 202, de 2000, respectivamente.

1.g) Não foram consideradas as despesas com Jetons, pagos aos integrantes de conselhos estaduais, caracterizados juridicamente como verba indenizatória, conforme Parecer COJUR/SEF nº 231/2017, com exceção dos Jetons pagos pela Secretaria de Estado de Educação e Secretaria de Estado do Turismo, Cultura e Esporte. Não foram consideradas as despesas com Abono Permanência de acordo com a Decisão nº 893/2017 do TCE/SC.

1.h) Para evitar a duplicidade de valores referente ao processamento da despesa com pessoal requisitado/cedido por órgãos e entidades pertencentes ao mesmo orçamento fiscal e da seguridade social (operações intraorçamentárias), estão sendo excluídos os valores registrados nas rubricas de receita 7.9.2.2.99.35.XX - Ressarcimento de pessoal cedido e 7.9.2.2.07.35.XX - Recup. desp. exerc. anteriores - ressarcimento de pessoal cedido, dos órgãos cedentes, e computado os valores registrados nos itens de despesa 31.91.96.01 - Pessoal requisitado de outros órgãos e 31.91.92.96 - Ressarcimento de despesa de pessoal requisitado de exercício anterior, dos órgãos cessionários.

1.i) Inclusão das despesas com os Serventuários de Justiça (Subação 9380 - Encargos com Inativos Extrajudiciais - TJ - Fundo Financeiro) na Despesa com Pessoal do Poder Executivo, de acordo com a decisão do Tribunal de Contas do Estado nº 780/2017. O Estado de Santa Catarina ingressou com ação de Mandado de Segurança sobre a referida decisão, processo nº 4000394-66.2018.8.24.0000.

2.) Deduzidas as despesas de inativos e pensionistas custeadas com recursos provenientes da arrecadação de contribuições dos segurados e das demais receitas diretamente arrecadadas pelo RPPS.

3.) Os valores referentes às Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (§ 13, art. 166 da CF) são obtidos por meio de demonstrativo divulgado pela Secretaria do Tesouro Nacional no seguinte endereço [www.tesouro.fazenda.gov.br/transferencias-constitucionais-e-legais](http://www.tesouro.fazenda.gov.br/transferencias-constitucionais-e-legais) - Demonstrativo relativo às Emendas Parlamentares Individuais.

Florianópolis, 08 de março de 2018.

EDUARDO PINHO MOREIRA  
GOVERNADOR DO ESTADO - EM EXERCÍCIO

PAULO ELI  
SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA

GRAZIELA LUIZA MEINCHEIM  
DIRETORA DE CONTABILIDADE GERAL  
CONTADORA CRCSC 025039/O-2

WANDERLEI PEREIRA DAS NEVES  
DIRETOR DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS E DA DÍVIDA PÚBLICA  
MATRÍCULA Nº 209.888-1

AUGUSTO PÜHL PIAZZA  
DIRETOR DE AUDITORIA GERAL  
MATRÍCULA Nº 378.720-6

MICHELE PATRÍCIA RONCALIO  
DIRETORA DO TESOUREO ESTADUAL  
CONTADORA CRCSC 025092/O-0

ESTADO DE SANTA CATARINA  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA - REPUBLICAÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017

RGF - ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

DÍVIDA CONSOLIDADA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2017		
		Até o 1.º Quadrimestre	Até o 2.º Quadrimestre	Até o 3.º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	22.489.998.259,76	21.486.548.977,69	22.163.042.068,78	23.224.812.961,96
Dívida Mobiliária	-	-	-	-
Dívida Contratual	20.117.217.046,77	19.127.510.154,18	19.146.807.240,85	20.220.062.575,08
Empréstimos	19.415.326.984,18	18.453.814.256,87	18.547.342.776,58	19.595.853.152,42
Internos	16.225.806.537,51	15.289.919.289,11	15.478.777.136,11	16.430.503.699,54
Externos	3.189.520.446,67	3.163.894.967,76	3.068.565.640,47	3.165.349.452,88
Reestruturação da Dívida de Estados e Municípios	-	-	-	-
Financiamentos	6.006.186,00	5.872.715,20	5.311.684,07	5.311.684,07
Internos	6.006.186,00	5.872.715,20	5.311.684,07	5.311.684,07
Externos	-	-	-	-
Parcelamento e Renegociação de dívidas	695.883.876,59	667.823.182,11	594.152.780,20	618.897.738,59
De Tributos	478.987,06	-	825.040,97	-
De Contribuições Previdenciárias	416.262.895,46	396.188.910,89	316.469.424,75	339.532.760,01
De Demais Contribuições Sociais	279.087.403,88	271.594.983,59	276.609.026,85	278.719.736,67
Do FGTS	-	-	-	-
Com Instituição Não Financeira	54.590,19	39.287,63	249.287,63	645.241,91
Demais Dívidas Contratuais	-	-	-	-
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não Pagos	2.053.651.803,08	2.053.651.803,08	2.285.197.183,86	2.303.627.175,19
Outras Dívidas	319.129.409,91	305.387.020,43	731.037.644,07	701.123.211,69
DEDUÇÕES (II)	12.201.795.752,98	13.227.057.433,84	12.958.035.785,98	12.427.017.401,49
Disponibilidade de Caixa <sup>1</sup>	9.061.164.094,93	10.104.028.584,77	9.764.042.606,96	9.209.288.955,69
Disponibilidade de Caixa Bruta <sup>3</sup>	9.217.913.889,64	10.148.119.365,32	9.793.410.123,74	9.613.679.322,90
(-) Restos a Pagar Processados	156.749.794,71	44.090.780,55	29.367.516,78	404.390.367,21
Demais Haveres Financeiros	3.140.631.658,05	3.123.028.849,07	3.193.993.179,02	3.217.728.445,80
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III)= (I - II)	10.288.202.506,78	8.259.491.543,85	9.205.006.282,80	10.797.795.560,47
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	20.488.858.892,36	20.815.995.089,76	21.147.139.155,32	21.132.256.296,12
% da DC sobre a RCL (I/RCL)	109,77	103,22	104,80	109,90
% da DCL sobre a RCL (III/RCL)	50,21	39,68	43,53	51,10
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL: 200% SOBRE a RCL	40.977.717.784,72	41.631.990.179,52	42.294.278.310,64	42.264.512.592,24
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - <%>	36.879.946.006,25	37.468.791.161,57	38.064.850.479,58	38.038.061.333,02
<b>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</b>				
	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2017		
		Até o 1.º Quadrimestre	Até o 2.º Quadrimestre	Até o 3.º Quadrimestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	3.838.667,24	3.838.667,24	9.302.705,86	7.762.739,97
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000 (Não incluídos na DC) <sup>2</sup>	-	-	-	-
PASSIVO ATUARIAL <sup>4</sup>	134.137.768.922,40	134.137.768.922,40	134.137.768.922,40	145.514.165.893,56
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	-	-	-	-
DEPÓSITOS	5.737.029.261,37	5.959.128.798,22	6.320.964.573,60	5.901.392.604,30
RP NÃO PROCESSADOS	-	-	-	-
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	-	-	-	-

FONTE: SIGEF/SC - SEF/DCOG/COINF

NOTAS EXPLICATIVAS:

<sup>1</sup> Se o saldo apurado for negativo, ou seja, se o total do Ativo Disponível mais os Haveres Financeiros for menor que Restos a Pagar Processados, não deverá ser informado nessa linha, mas sim na linha da "Insuficiência Financeira", das Obrigações não integrantes da Dívida Consolidada - DC. Assim quando o cálculo de DEDUÇÕES (II) for negativo, colocar um "-" (traço) nessa linha.

<sup>2</sup> Refere-se aos precatórios posteriores a 05/05/2000 que, em cumprimento ao disposto no artigo 100 da Constituição Federal, ainda não foram incluídos no orçamento ou constam no orçamento e ainda não foram pagos. Ao final do exercício em que esses precatórios foram incluídos ou que deveriam ter sido incluídos, os valores deverão compor a linha "Pretórios".

<sup>3</sup> Disponibilidade de Caixa Bruta representa os valores depositados em Bancos, incluindo aplicações financeiras, mais os valores da arrecadação indireta (valores arrecadados em processamento pela rede bancária). No entanto, o saldo não representa recursos livres, pois sua composição engloba valores referentes à depósitos de terceiros (tais como cauções, fianças, e consignações) e recursos legalmente vinculados.

<sup>4</sup> O Déficit Atuarial, calculado pelo atuário Francisco Humberto Simões Magro, Atuário MIBA Nº 494, em julho de 2017, representa o valor atual dos aportes mensais que os Poderes e Órgãos do Estado de Santa Catarina farão ao longo do tempo para complementar a arrecadação do Fundo Financeiro e honrar com o pagamento dos benefícios dos servidores vinculados a este fundo, conforme estabelecido no artigo 23 da Lei Complementar Estadual nº 412, de 26 de junho de 2008, que dispõe sobre a organização do RPPS/SC.

Florianópolis, 08 de março de 2018.

EDUARDO PINHO MOREIRA  
GOVERNADOR DO ESTADO - EM EXERCÍCIO

PAULO ELI  
SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA

GRAZIELA LUIZA MEINCHEIM  
DIRETORA DE CONTABILIDADE GERAL  
CONTADORA CRCSC 25.039/O-2

WANDERLEI PEREIRA DAS NEVES  
DIRETOR DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS E DA DÍVIDA PÚBLICA  
MATRÍCULA Nº 209.888-1

AUGUSTO PUHL PIAZZA  
DIRETOR DE AUDITORIA GERAL  
MATRÍCULA Nº 378.720-6

MICHELE PATRÍCIA RONCALIO  
DIRETORA DO TESOURO ESTADUAL  
CONTADORA CRCSC 25.092/O-0

ESTADO DE SANTA CATARINA  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES - REPUBLICAÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017

RGF - ANEXO 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

R\$ 1,00

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2017		
		Até o 1.º Quadrimestre	Até o 2.º Quadrimestre	Até o 3.º Quadrimestre
EXTERNA ( I )	359.143.189,58	338.134.480,13	369.368.226,24	368.709.833,63
Aval ou Fiança em Operações de Crédito	359.143.189,58	338.134.480,13	369.368.226,24	368.709.833,63
Outras Garantias nos Termos da LRF	-	-	-	-
INTERNA ( II )	298.217.743,59	293.935.490,56	285.452.300,61	290.704.808,02
Aval ou Fiança em Operações de Crédito	298.217.743,59	293.935.490,56	285.452.300,61	290.704.808,02
Outras Garantias nos Termos da LRF <sup>1</sup>	-	-	-	-
<b>TOTAL DAS GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = ( I + II )</b>	<b>657.360.933,17</b>	<b>632.069.970,69</b>	<b>654.820.526,85</b>	<b>659.414.641,65</b>
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	20.488.858.892,36	20.815.995.089,76	21.147.139.155,32	21.132.256.296,12
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL	3,21%	3,04%	3,10%	3,12%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL Nº 043/2001 - DE (22%) sobre a RCL	4.507.548.956,32	4.579.518.919,75	4.652.370.614,17	4.649.096.385,15
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) -	4.056.794.060,69	4.121.567.027,77	4.187.133.552,75	4.184.186.746,63
CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2017		
		Até o 1.º Quadrimestre	Até o 2.º Quadrimestre	Até o 3.º Quadrimestre
EXTERNAS ( V )	359.143.189,58	338.134.480,13	369.368.226,24	368.709.833,63
Aval ou Fiança em Operações de Crédito	359.143.189,58	338.134.480,13	369.368.226,24	368.709.833,63
Outras Garantias nos Termos da LRF	-	-	-	-
INTERNAS ( VI )	298.217.743,59	293.935.490,56	285.452.300,61	290.704.808,02
Aval ou Fiança em Operações de Crédito	298.217.743,59	293.935.490,56	285.452.300,61	290.704.808,02
Outras Garantias nos Termos da LRF	-	-	-	-
<b>TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (VII) = ( V + VI )</b>	<b>657.360.933,17</b>	<b>632.069.970,69</b>	<b>654.820.526,85</b>	<b>659.414.641,65</b>

FONTE: SIGEF/SC - SEF/DCOG/COINF

NOTAS EXPLICATIVAS:

1. Inclui garantias concedidas por meio de Fundos.

2. O Estado assinou dois contratos de garantia com a Caixa Econômica Federal e dois contratos de contragarantia com a CASAN em decorrência de 22 contratos de financiamentos firmados entre a Caixa Econômica Federal e a CASAN, um no valor de R\$ 375.507.507,00 referente a 17 contratos garantidos, e outro no valor de R\$ 65.162.673,22 referente a 5 contratos garantidos, financiamentos estes referentes a intervenções em abastecimento de água e esgotamento sanitário em alguns Municípios do Estado.

3. O Estado assinou um contrato de garantia com a Agence Française de Développement - AFD e um contrato de contragarantia com a CASAN em decorrência do financiamento firmado, no valor total de 99.756.455,08 €, destinado à implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário Coletivo no Estado de Santa Catarina.

Florianópolis, 08 de março de 2018.

EDUARDO PINHO MOREIRA  
GOVERNADOR DO ESTADO - EM EXERCÍCIO

PAULO ELI  
SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA

GRAZIELA LUIZA MEINCHEIM  
DIRETORA DE CONTABILIDADE GERAL  
CONTADORA CRCSC 25.039/O-2

AUGUSTO PUHL PIAZZA  
DIRETOR DE AUDITORIA GERAL  
MATRÍCULA Nº 378.720-6

WANDERLEI PEREIRA DAS NEVES  
DIRETOR DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS E DA DÍVIDA PÚBLICA  
MATRÍCULA Nº 209.888-1

MICHELE PATRICIA RONCALIO  
DIRETORA DO TESOURO ESTADUAL  
CONTADORA CRCSC 25.092/O-0

ESTADO DE SANTA CATARINA  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REPUBLICAÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017

RGF - ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

R\$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de Referência	Até o Quadrimestre de Referência (a)
Mobiliária	-	-
Interna	-	-
Externa	-	-
Contratual	779.166.878,02	1.063.097.193,70
Interna	700.000.000,00	821.374.884,51
Empréstimos	700.000.000,00	790.000.000,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	-	-
Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços	-	-
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	-	-
Operações de crédito previstas no art. 7º § 3º da RSF nº 43/2001 <sup>1</sup>	-	31.374.884,51
Externa	79.166.878,02	241.722.309,19
Empréstimos	79.166.878,02	237.780.657,95
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	-	-
Antecipações de Receitas pela Venda a Termo de Bens e Serviços	-	-
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	-	-
Operações de crédito previstas no art. 7º § 3º da RSF nº 43/2001 <sup>1</sup>	-	3.941.651,24
<b>TOTAL (I)</b>	<b>779.166.878,02</b>	<b>1.063.097.193,70</b>
<b>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES</b>		
	<b>VALOR</b>	<b>% SOBRE A RCL</b>
RECEITA CORRENTE LIQUIDA – RCL	21.132.256.296,12	-
OPERAÇÕES VEDADAS (II)	-	-
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (III) = (Ia + II)	1.063.097.193,70	5,03%
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS	3.381.161.007,38	16,0%
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - <%>	3.043.044.906,64	14,4%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	-	-
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	1.479.257.940,73	7,0%
<b>OUTRAS OPERAÇÕES QUE INTEGRAM A DÍVIDA CONSOLIDADA</b>		
	<b>VALOR REALIZADO</b>	<b>Até o Quadrimestre de Referência (a)</b>
	<b>No Quadrimestre de Referência</b>	<b>Até o Quadrimestre de Referência (a)</b>
Parcelamentos de Dívidas		
Tributos		
Contribuições Previdenciárias	39.305.941,23	82.067.502,47
FGTS		
Operações de reestruturação e recomposição do principal de dívidas		

FONTE: SIGEF/SC

NOTAS EXPLICATIVAS:

1 Conforme Manual para Instrução de Pleitos (MIP), disponível em [conteudo.tesouro.gov.br/manuais/mip](http://conteudo.tesouro.gov.br/manuais/mip), essas operações podem ser contratadas mesmo que não haja margem disponível nos limites. No entanto, uma vez contratadas, os fluxos de tais operações terão seus efeitos contabilizados para fins da contratação de outras operações de crédito.

2 Os dois parcelamentos ordinários inscritos no 2º quadrimestre foram encerrados e substituídos por dois novos contratos nos termos do parcelamento descrito na Lei nº 13.496/2017.

3 A diferença, no valor de R\$ 509.167.194,21, entre o campo TOTAL (I) coluna até o quadrimestre de referência e o valor arrecadado no ano de 2017, registrado em Receitas de Capital – Operações de Crédito (2.1.1.9.00.00 – Outras operações de crédito internas), decorre do ingresso de recurso oriundo de depósitos judiciais de terceiros, conforme disposto no § 2º do art. 101 da Constituição Federal (redação alterada pela Emenda Constitucional EC nº 94/2016). Tendo em vista que a EC nº 94/2016 deixou claro que as fontes de financiamento para pagamento de precatórios não devem impactar os limites previstos na legislação vigente para endividamento e Operações de Crédito, este montante não foi considerado para fins de limites fiscais.

4 Em 07/12/2017 houve a devolução de saldo de recurso não utilizado do contrato do Profisco (2172/OC-BR), no montante total de R\$ 1.616.347,67. Parte do valor foi devolvido por meio de empenho de despesa, e outra parte, no valor de R\$ 985.009,68 foi devolvida por meio de dedução da receita de operação de crédito arrecada nesse exercício.

Florianópolis, 08 de março de 2018

EDUARDO PINHO MOREIRA  
GOVERNADOR DO ESTADO - EM EXERCÍCIO

PAULO ELI  
SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA

GRAZIELA LUIZA MEINCHEIM  
DIRETORA DE CONTABILIDADE GERAL  
CONTADORA CRCSC 025039/O-2

AUGUSTO PUHL PIAZZA  
DIRETOR DE AUDITORIA GERAL  
MATRÍCULA Nº 378.720-6

WANDERLEI PEREIRA DAS NEVES  
DIRETOR DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS E DA DÍVIDA PÚBLICA  
MATRÍCULA Nº 209.888-1

MICHELE PATRICIA RONCALIO  
DIRETORA DO TESOUREIRO ESTADUAL  
CONTADORA CRCSC 025092/O-0

ESTADO DE SANTA CATARINA - PODER EXECUTIVO  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL - REPUBLICAÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017

RGF - Anexo 6 (LRF, art. 48)		R\$ 1,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O BIMESTRE	
Receita Corrente Líquida	21.132.256.296,12	
DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	10.507.257.434,97	49,73
Limite Máximo (incisos I, II e III, art.20 da LRF)	10.353.148.172,50	49,00
Limite Prudencial (§ único, art. 22 da LRF)	9.835.490.763,88	46,55
DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	10.797.795.560,47	51,10
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	42.264.512.592,24	200,00
GARANTIAS DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias	659.414.641,65	3,12
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	4.649.096.385,15	22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Externas e Internas	1.063.097.193,70	5,03
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	-	-
Limite Definido p/ Senado Federal para Op. de Crédito Externas e Internas	3.381.161.007,38	16,00
Limite Definido p/ Senado Federal para Op. de Crédito por Antec. da Receita	1.479.257.940,73	7,00
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total	606.933.463,44	2.630.112.266,23

FONTE: Anexos do RGF - 3º Quadrimestre 2017 - SEF/DCOG/COINF

Florianópolis, 08 de março de 2018.

EDUARDO PINHO MOREIRA  
GOVERNADOR DO ESTADO - EM EXERCÍCIO

PAULO ELI  
SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA

GRAZIELA LUIZA MEINCHEIM  
DIRETORA DE CONTABILIDADE GERAL  
CONTADORA CR CSC 025.039/O-2

WANDERLEI PEREIRA DAS NEVES  
DIRETOR DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS E  
DA DÍVIDA PÚBLICA  
MATRÍCULA Nº 209.888-1

AUGUSTO PUHL PIAZZA  
DIRETOR DE AUDITORIA GERAL  
MATRÍCULA Nº 378.720-6

MICHELE PATRÍCIA RONCALIO  
DIRETORA DO TESOUREO ESTADUAL  
CONTADORA CR CSC 025.092/O-0